

Superando a invisibilidade

Em defesa da valorização social dos arquivos públicos

Overcoming invisibility: advocating for the societal value of public archives / Superando a invisibilidad: en defensa de la valorización social de los archivos públicos

Márcia Almada

Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora no Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes e no Programa de Pós-Graduação em Artes da UFMG, Brasil.

marciaalmada@ufmg.br

Ygor Souza

Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador de Acesso à Informação e Pesquisa no Arquivo Público Mineiro (APM), Brasil.

ygasouza@gmail.com

Spiros Zervos

Doutor em Ciência dos Materiais pela National Technical University of Athens. Professor do Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Estudos da Informação na University of West Attica, Grécia.

szervos@uniwa.gr

Alexandre Oliveira Costa

Bacharel em Conservação/Restauração de Bens Culturais Móveis pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador bolsista no Laboratório de Documentação Científica por Imagem da Escola de Belas Artes da UFMG, Brasil.

aleksaknussen@gmail.com

RESUMO

O artigo investiga o papel dos arquivos na sociedade, com foco na preservação, digitalização e difusão de acervos, em análise comparativa de instituições no Brasil, Portugal e Grécia. Destacando o Arquivo Público Mineiro, o texto aborda ações como fotografia multiespectral e pesquisa de valoração contingente. Os resultados apontam a necessidade de ampliar a visibilidade dessas instituições, essenciais para a garantia dos direitos civis.

Palavras-chave: arquivos públicos; valoração contingente; fotografia multiespectral; difusão.

ABSTRACT

This paper explores the role of public archives in society, focusing on preservation, digitization, and dissemination of collections. It presents a comparative analysis of Brazil, Portugal, and Greece institutions, emphasizing the Arquivo Público Mineiro. It highlights actions like diffusion, multispectral imaging, and contingent valuation research. The findings underscore the need to enhance the visibility of these institutions, which are essential for safeguarding individual and collective rights.

Keywords: public archives; contingent valuation; multispectral imaging; dissemination.

RESUMEN

El artículo investiga el papel de los archivos en la sociedad, con un enfoque en la preservación, digitalización y difusión de acervos, a través de un análisis comparativo de instituciones en Brasil, Portugal y Grecia. Destacando el caso del Archivo Público Mineiro, aborda acciones como la fotografía multiespectral y la investigación de valoración contingente. Los resultados destacan la necesidad de ampliar la visibilidad de estas instituciones, esenciales para garantizar los derechos individuales y colectivos.

Palabras clave: archivos públicos; valoración contingente; fotografía multiespectral; difusión.

Introdução

Os arquivos históricos institucionais, seja de natureza pública, seja privada, são responsáveis pela guarda de documentação, sendo inegável o seu papel social. Independentemente do suporte e da técnica do documento, menciona-se um valor primário, ligado ao cumprimento dos seus objetivos administrativo, fiscal, legal e executivo, enquanto o valor secundário está vinculado a outros usos e interesses e permanece para além do tempo de seu uso corrente, garantindo as constantes atualizações de significados (Schellenberg, 2004). Como repositório seguro e sistematizado de grandes séries documentais, os arquivos cumprem a função de garantir os direitos à memória e à construção e reconstrução das interpretações históricas, bem como o acesso à informação de interesse individual ou coletivo para “satisfazer alguma necessidade, bem como promover o acompanhamento das ações governamentais” (Brasil, 2020). Destaca-se que tanto o direito à memória como a interação dos cidadãos com a administração, tendo em vista o fortalecimento da democracia participativa, são eixos orientadores do Programa Nacional de Direitos Humanos (Brasil, 2009).

Portanto, os arquivos são locais de pesquisa, ensino e desenvolvimento social, favorecem o espírito crítico e contribuem para uma sociedade mais justa, na medida em que seus acervos fornecem os instrumentos para as novas construções tecnológicas, artísticas e culturais, e também para revisões dos processos históricos. Em 1992, o documento final do Congresso Patrimônio Histórico e Cidadania: o direito à Memória, organizado pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo declarou que

o direito à memória [...] constitui uma dimensão fundamental da cidadania que não tem sido devidamente considerada nas diretrizes das políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio histórico e cultural. Como resultado, os critérios definidores daquilo que constitui este patrimônio têm levado a um distanciamento entre as instituições de preservação e os sujeitos sociais para os quais a sua atividade deve ser dirigida. (São Paulo, 1992, p. 229)

Se esta assertiva foi direcionada ao patrimônio cultural como um todo, ela certamente pode ser estendida, e até mesmo ampliada em relação ao problema do patrimônio arquivístico. Pouco se avançou desde então. A lacuna na compreensão sobre a importância dos arquivos e seus acervos ainda permanece e reflete-se na alocação dos recursos necessários ao seu pleno funcionamento e na compreensão de valor pela sociedade, como já destacado no documento de 1992.

A noção de valores é prevalente na gestão e tomada de decisões para preservação do patrimônio cultural, sendo considerados, desde o século passado, os valores históricos, estéticos e/ou científicos. No século XXI, maior ênfase foi conferida ao valor social, ou seja, ao impacto no senso de identidade, distinção e pertencimento, características dificilmente quantificáveis, mas com relevante impacto nas comunidades. Esse efeito tem sido estudado principalmente no campo do patrimônio edificado e natural e, mais recentemente, dos museus, porém pouco se analisa relativamente às bibliotecas, aos acervos documentais e às instituições arquivísticas. No entanto, a compreensão sobre como a sociedade atribui valor aos arquivos é essencial para fundamentar a defesa dos recursos materiais e humanos necessários à sua manutenção, fazendo com que sejam vistos como promotores de desenvolvimento tecnológico, econômico e de direitos dos cidadãos, aproximando as instituições dos sujeitos sociais.

Devido à sua importância regional e nacional, o Arquivo Público Mineiro (APM), sediado em Belo Horizonte, é o objeto experimental de ações científicas e acadêmicas que visam contribuir para um melhor entendimento a respeito de seu papel na sociedade. São quatro as linhas de atuação desenvolvidas por uma equipe interdisciplinar de pesquisadores vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao Arquivo Público Mineiro e aos parceiros ligados à Universidade Federal Fluminense (RJ), Universidade Federal de Pelotas (RS) e University of West Attica (Grécia).

A princípio foram analisadas as características de cinco diferentes arquivos, sediados no Brasil, Portugal e Grécia, para se compreender a relação estabelecida com o poder local e com as comunidades por meio das ações de digitalização, difusão e preservação física e digital das coleções. As outras três ações se direcionam aos estudos dedicados ao APM: a) preparação de um plano de comunicação para divulgação da instituição e seu acervo a partir de itens icônicos para a cultura regional, aprofundando a participação social e vislumbrando, a longo prazo, a convocação da sociedade para tomada de decisões relativas à preservação do acervo e da própria instituição; b) implementação, nos laboratórios da Escola de Belas Artes da UFMG, da tecnologia da fotografia multiespectral para estudo de acervos arquivísticos, tendo como objetos de análise códiços manuscritos que apresentam escritas apagadas provocadas intencionalmente ou por agentes de deterioração, com o objetivo de reforçar a vocação das instituições arquivísticas para o desenvolvimento científico e tecnológico; c) realização de uma pesquisa de valoração contingente para captar como a sociedade e a comunidade especializada percebem e atribuem valor para as atividades da instituição e avaliar a visibilidade do APM no circuito cultural de Belo Horizonte.

O objetivo final dessas ações é compreender a relação do poder público e das comunidades com os arquivos, promovendo o engajamento social e político para garantir a plena execução da missão institucional do Arquivo Público Mineiro por meio, principalmente, da divulgação científica e tecnológica como recurso de aproximação com a sociedade. Este artigo apresenta os principais objetos de estudo e os resultados iniciais das diferentes ações da pesquisa “Valoração econômica e desenvolvimento tecnológico em arquivos públicos”, ainda em desenvolvimento.

Estudos comparativos entre instituições da Grécia, Portugal e Brasil

Com o intuito de avaliar comparativamente como instituições arquivísticas têm enfrentado o desafio de manterem sua missão e desenvolverem suas atividades de maneira plena, cinco instituições foram selecionadas para coleta de dados relativos à digitalização, à difusão e à preservação dos acervos. Entre setembro e dezembro de 2023, foram realizadas entrevistas presenciais e remotas no Arquivo Público Mineiro (BR), Arquivo Geral do Estado de Corfu (GR), Arquivo do Parlamento Helênico (GR), Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal (PT) e Arquivo Distrital de Évora (PT).

Embora essas instituições estejam vinculadas a diferentes esferas governamentais e guardem documentação de extensão e recortes cronológicos distintos, todas têm a missão de preservar e dar acesso à documentação pública, são suportadas majoritariamente por verbas governamentais, são de acesso amplo e gratuito, e possuem ou possuíam equipes qualificadas para gestão e preservação documental. Da mesma forma, todas as instituições arquivísticas selecionadas transitam entre duas funções distintas no interior da máquina pública e lidam com pares dissonantes de atribuições. De um lado, são instituições que preservam documentos, tendo em vista servir como reservatórios para a construção e preservação de memórias coletivas e individuais sobre o passado. Na outra ponta, os arquivos também exercem uma função cidadã e administrativa, mantendo os registros que dão transparência às ações do Estado, garantindo a posterior recuperação dessas informações. Todas estão situadas em localidades com extenso patrimônio cultural e ambiental, de forte apelo turístico e investem de diferentes maneiras em difusão cultural. A escolha dessas instituições e locais de pesquisa, para além dos critérios já definidos, relaciona-se com a equipe parceira da pesquisa, que conta com a colaboração de especialistas em Minas Gerais, Grécia e Portugal.

Inicialmente, apresentamos um breve histórico dos cinco arquivos estudados e, a seguir, as análises comparativas dos dados coletados relativos às ações de preservação física do acervo, digitalização/preservação digital e difusão.

O Arquivo Público Mineiro (APM) foi criado em 1895¹ com o propósito de “receber e conservar debaixo de classificação sistemática todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia, às manifestações do movimento científico, literário e artístico do estado de Minas Gerais” (Minas Gerais, 1895). Apesar da indistinção entre o arquivo, a biblioteca e o museu nas primeiras décadas após seu surgimento, importa saber que o APM seria um espaço para bibliófilos, historiadores e intelectuais que encontrariam em seu vasto e múltiplo acervo as bases para a compreensão de diferentes momentos históricos do estado (Parrela, 2012). Ao longo de quase 130 anos, a instituição passou por mudanças substanciais, ocupando diferentes posições na administração pública, tendo migrado da Secretaria do Interior para a Secretaria de Estado de Educação, posteriormente transferida para a Secretaria de Estado de Governo e, desde 1984, encontra-se subordinada à pasta atrelada à Cultura. A partir de 2019, figura como uma unidade da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Minas Gerais, 2019), deixando de ser uma superintendência com quatro diretorias interdependentes para se tornar, em 2023, uma unidade sem subdivisões internas expressas na legislação e vinculada diretamente ao gabinete do secretário (Minas Gerais, 2023).

A sede principal do APM é um imóvel construído pela Comissão Construtora da Nova Capital no momento da criação de Belo Horizonte. Com a expansão do acervo, foi inaugurado um edifício anexo em 1975, local que atualmente abriga um acervo com cerca de três mil metros lineares de documentação textual, além de vários gêneros documentais, dentre eles estão: o iconográfico, o cartográfico, o sonoro e o audiovisual, compreendendo itens do século XVIII ao XXI.

No interior de uma repartição pública com duas funções simultaneamente distintas e complementares – a função histórica e a função administrativa/cidadã – encontram-se subdivisões que visam atender partes específicas das finalidades do APM. No presente, podem ser identificados os setores de Conservação e Restauração de Documentos, Arquivos Permanentes e Acesso à Informação e Pesquisa, todos conectados diretamente ao tratamento dos acervos de guarda permanente.² Ao mesmo tempo, existe nessa instituição o setor de Gestão de Documentos, que transita entre o universo burocrático – caro e necessário à administração pública – e a dimensão histórica e memorialística do APM. Assim, interesses múltiplos coexistem nesse espaço e, por vezes, é dado

1 O APM foi criado pela lei estadual n. 126, de 11 de julho de 1895.

2 QUEM É QUEM. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <https://www.arquivopublico.mg.gov.br/quem-e-quem/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

ao arquivo o papel de instituição cultural, haja vista sua inserção no Circuito Liberdade, figurando ao lado de centros culturais, museus e bibliotecas que compõem um complexo cultural na região central de Belo Horizonte.³

O Arquivo Geral do Estado de Corfu (General State Archives of Corfu) possui um acervo histórico significativo localizado na cidade de Corfu, na ilha de mesmo nome, na Grécia. Foi originalmente fundado em 1443, durante o período veneziano (1386-1797). Desde 1914 está subordinado ao Serviço Central dos Arquivos Gerais do Estado (Central Service of the General Archives of the State), em Atenas, instituição subordinada ao Ministério da Educação, responsável pela supervisão e coordenação das diretorias e departamentos regionais dos arquivos.⁴ Está alojado, ao lado da Biblioteca, em uma antiga fortaleza veneziana, de origem bizantina, porém com diferentes remodelações até a configuração atual, datada do período britânico (século XIX). É um dos pontos turísticos mais populares da cidade, visitado anualmente por dezenas de milhares de pessoas, de fácil acesso e próximo a outros locais históricos. O arquivo preserva registros que remontam ao período veneziano e se estendem pelos períodos francês, britânico e grego, com coleções que abrangem do século XIV ao século XX. Contém documentos da administração municipal, processos judiciais, documentos eclesiásticos, notariais, mapas, fotografias, entre outras tipologias. Segundo dados obtidos durante a entrevista com a diretora, sra. Nela Pantazi, o arquivo conta com cerca de dez mil metros lineares de documentos.

Os arquivos do Parlamento Helênico conservam documentos sobre história política e legislativa na Grécia, incluindo materiais desde a fundação do Estado grego moderno, no início do século XIX, até os dias atuais. A coleção inclui atos legislativos, atas parlamentares e correspondências oficiais do governo, proporcionando uma visão da transformação política da Grécia, da governança e das mudanças institucionais. Os arquivos fazem parte de uma estrutura organizacional definida por assuntos, mais do que por tipologia documental, abrigados pela Diretoria da Biblioteca do Parlamento. Há cinco departamentos independentes. Quatro deles abrigam indistintamente coleções bibliográficas e arquivísticas: Arquivos Parlamentares, Biblioteca do Parlamento, Biblioteca

3 Criado em 2010 como Circuito Cultural da Praça da Liberdade e renomeado em 2020, o Circuito Liberdade consiste no agrupamento de 22 equipamentos culturais que ocupam a área central de Belo Horizonte, sendo administrado pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais. GESTÃO. Circuito Liberdade. Disponível em: <http://circuitoliberalidade.mg.gov.br/pt-br/circuito-liberdade-br/gestao>. Acesso em: 10 ago. 2024.

4 HISTORIKO. Genika Archeia tou Kratous. Disponível em: <http://www.gak.gr/index.php/el/menu-el/poi-i-eimaste/istoriko-gak>. Acesso em: 30 out. 2023.

da Cidade e Gestão dos Sistemas de Biblioteca, Biblioteca Benakeio e Coleções de Personalidades Políticas.⁵ O Departamento de Preservação atende às demandas de todos os demais departamentos. Devido à fragmentação dos acervos, não foi possível quantificar a coleção arquivística, como informaram a chefe do Departamento de Biblioteca Benakeio e Coleções de Personalidades Políticas, Maria Vlassopoulou, a chefe de Arquivos Parlamentares, Angela Karapanou, e a chefe do Departamento de Preservação e Conservação, Anna-Arietta Revithi, contatadas durante as visitas. A sede da Diretoria da Biblioteca do Parlamento e seus departamentos é o prédio da Antiga Fábrica Pública de Tabacos, uma construção da década de 1930. Remodelado recentemente, o prédio abriga também um centro cultural e espaço de exposições.

O Arquivo Municipal de Lisboa (ACML) está vinculado administrativamente à Câmara Municipal Lisboa, mais especificamente à Direção Municipal da Cultura/Departamento de Patrimônio Cultural/Divisão de Arquivo Municipal.⁶ São 37,5 mil metros lineares de diversas tipologias documentais, como textual, cartográfica, arquitetônica, fotográfica etc., e abrange desde o século XIII até os dias atuais. Sua coleção é proveniente de documentação produzida pelos serviços municipais e por política de aquisição de acervos documentais privados relevantes para o município. Está dividido em três espaços diferentes: Arquivo Geral e Histórico, localizado no bairro Liberdade; o Arquivo Fotográfico, na rua da Palma, na Mouraria; a Videoteca, no Largo do Calvário, na Freguesia de Alcântara. São áreas com diferentes níveis de integração com a cidade, sendo o bairro Liberdade onde se armazena a maior parte da documentação produzida em papel e onde está instalada a administração e o corpo técnico, o mais isolado por sua localização, limitado pelo Parque Florestal de Monsanto e por vias de grande circulação. Os demais centros estão mais integrados à cidade e são a sede das atividades culturais, conforme explicado por Helena Neves, Chefe de Divisão do ACML.

O Arquivo Distrital de Évora é um arquivo regional, e desde 2012 é vinculado à Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) de Portugal. Já esteve sob a tutela de outras entidades, como a Biblioteca Pública de Évora e a Direção-Geral dos Arquivos. Foi criado em 1916 com o intuito de descentralizar

⁵ Pela definição dada por Herrera (1992, p. 116), a Diretoria da Biblioteca do Parlamento poderia ser considerada “instituições de arquivos”, ou seja, arquivos plurais, sem unidade do fundo documental, porém com uma vinculação institucional única.

⁶ SOBRE NÓS. Arquivo Municipal de Lisboa. Disponível em: <https://arquivomunicipal.lisboa.pt/sobre-nos/quem-somos>. Acesso em: 30 out. 2023.

a preservação de documentos e valorizar as identidades regionais. Parte do seu acervo é proveniente da documentação recolhida por frei Manoel do Cenáculo para a Biblioteca Pública de Évora a partir de 1805, sobretudo com os espólios documentais dos conventos extintos após 1834, além de incorporações obrigatórias, doações e depósitos, incluindo arquivos históricos importantes, como os da Santa Casa da Misericórdia de Évora e da Sociedade Harmonia Eborense (Janeiro, 2016). Possui um acervo com mais de quatro mil metros lineares que abrange documentos produzidos entre o século XIV e o século XXI. Está situado no antigo prédio do Colégio Espírito Santo, embora esteja vinculado urbanisticamente à Universidade de Évora, em uma área central da cidade. Segundo o diretor Jorge Janeiro, há pouco conhecimento da população local sobre as atividades ali desenvolvidas.

Para o levantamento das informações, foram realizadas visitas *in loco* com vistorias da infraestrutura e interlocuções com o corpo técnico, tendo como base um roteiro predefinido que visava compreender as políticas de preservação física e digital dos acervos e avaliar o impacto das tecnologias digitais na difusão da coleção e na mudança nas práticas de pesquisa histórica. O roteiro estava dividido em quatro temas:

o primeiro tem relação com a estrutura física e institucional, tendo em vista identificar o posicionamento da instituição na organização da administração pública; avaliar o nível de autonomia administrativa e financeira; conhecer a missão institucional; comparar as instalações físicas destinadas aos serviços de guarda, digitalização e preservação em relação à área total ocupada pela instituição; conhecer as características e o dimensionamento da coleção; avaliar a acessibilidade aos relatórios anuais de gestão;

o segundo tema relaciona-se às atividades de disseminação do acervo, compreendendo os planos de divulgação institucional e de acesso remoto. Procurou-se obter dados sobre a quantidade de material digitalizado; o número de acessos anuais; os critérios de seleção do material e planejamento da digitalização; as fontes de financiamento; as equipes responsáveis e ações de preservação digital; a forma de acesso ao material original e ao digitalizado; as características do público frequentador e coleções mais consultadas; a mudança no comportamento do público após o período da pandemia de SARs-Cov-2; as atividades de difusão e comunicação com as comunidades locais;

o terceiro tema refere-se às ações de preservação física do acervo; à existência e vinculação a um plano nacional ou regional voltado à preservação de coleções de arquivo; às práticas de conservação preventiva e de restauro; aos critérios para o estabelecimento de prioridades;

finalmente, a quarta parte visa conhecer o número, a capacitação e as relações trabalhistas das equipes técnicas dos setores de preservação, digitalização e difusão; a maneira pela qual a instituição apoia os trabalhadores quanto à capacitação continuada, tais como: produção técnica, científica, acadêmica e a participação em eventos culturais; e, por fim, o nível de interação entre os setores do arquivo com as instituições de ensino e pesquisa científica.

As respostas às perguntas do questionário foram classificadas em cada um dos temas, tendo em vista a compreensão dos fluxos de trabalho, responsabilidades e procedimentos internos, além das dinâmicas das relações institucionais relativas à autonomia de gestão. Os dados foram analisados qualitativamente para desenhar o perfil e os desafios enfrentados por cada instituição. A comparação das experiências revelou alguns padrões, que serão apresentados a seguir.

Preservação física da coleção

Quanto à preservação física do acervo, as realidades não diferem muito nos quatro casos europeus analisados: apenas os arquivos do Parlamento Helênico e o da Câmara Municipal de Lisboa contam com equipe especializada e laboratórios de restauração, porém com número insuficiente de profissionais capacitados, recorrendo muitas vezes a equipes temporárias e aprendizes. As condições de armazenamento das quatro instituições podem ser consideradas boas ou regulares, pois, exceto em uma instituição, há sistemas adequados de armazenamento e duas delas contam com sistemas de condicionamento climático.

O Arquivo Público Mineiro conta com quatro locais de guarda diferentes para o acervo. Três deles, utilizados para manuscritos e mapas, são monitorados pelo Sistema Climus – para controle de temperatura e umidade relativa por meio da pressão positiva que força a troca de ar;⁷ a área de guarda das coleções de audiovisual e livros raros conta com sistema mecânico integrado de controle de temperatura e umidade relativa. No entanto, a manutenção dos sistemas

7 Para mais detalhes sobre o sistema de condicionamento climático no APM, ver Michels (2020).

nem sempre é garantida como seria desejável.⁸ A equipe de conservação e restauração é reduzida e conta com um profissional formado na área, um encadernador, um auxiliar de conservação e estudantes que complementam sua formação com estágios técnicos.

Os dados coletados nesta pesquisa deixaram claro que as políticas de preservação física estão cada vez mais enfraquecidas devido à crença de que a restrição do acesso ao documento original e a digitalização em massa irão garantir a preservação da informação arquivística.⁹ Por este motivo, a digitalização será objeto de uma análise mais detalhada a seguir.

Digitalização e preservação digital

Uma das premissas mais difundidas atualmente entre as instituições arquivísticas é o uso da tecnologia digital como meio de difusão e preservação da documentação. Sem dúvida, os esforços promovidos para digitalização dos acervos foram benéficos para a pesquisa no campo das humanidades (Campagnolo, 2020), especialmente durante o período de isolamento decorrente da pandemia de SARS-COV-2, tornando-se uma prática consolidada e irreversível. Essa realidade se compatibiliza com a inclinação dos historiadores em apenas extrair as informações textuais de um documento (Almada, 2018), embora esteja se disseminando paulatinamente a compreensão da escrita como uma “tecnologia de poder” (Castillo Gómez, 2020, p. 20) envolvendo as fases materiais de produção, uso, circulação e preservação.

De fato, as instituições arquivísticas têm se empenhado em digitalizar o seu acervo e disponibilizá-lo para consulta a distância, ações que nem sempre andam conjugadas e podem representar objetivos diferentes: a preservação e o acesso. Grandes investimentos públicos e privados têm sido feitos para a digitalização dos acervos arquivísticos europeus; nesse viés, a Grécia e Portugal não ficam de fora. Exceto o Arquivo Municipal de Lisboa, cuja equipe própria especializada para a digitalização trabalha de forma integrada com os arquivistas, a maior parte da atividade é feita por empresas terceirizadas, a partir de financiamentos externos, que atuam de maneira autônoma, focadas apenas na geração das imagens dos documentos, posteriormente vinculadas às descrições documentais pela equipe local.

⁸ Ao menos dois sinistros foram registrados nos últimos anos envolvendo pane no circuito elétrico de climatização, causando princípios de incêndio e colocando sob ameaça o acervo da instituição (Volpin, 2022).

⁹ Não serão apresentadas neste artigo as questões relativas à sustentabilidade da opção pela tecnologia digital como alternativa à preservação física dos documentos, matéria que deve ser discutida de forma aprofundada em outras oportunidades.

Como a digitalização envolve grandes investimentos, seus produtos, ou seja, as coleções digitais deveriam ser diligentemente protegidas por políticas de preservação digital, uma complexa operação envolvendo ações administrativas e técnicas. A parte administrativa inclui todas as ações necessárias, como a elaboração de um plano de longo prazo, a criação da unidade administrativa responsável pela preservação digital, a contratação de pessoal especializado em tempo integral, a alocação de fundos específicos, entre outros.

As ações técnicas baseiam-se na premissa de que a tecnologia digital avança muito rapidamente, resultando em obsolescência de mídias, sistemas e formatos. As mídias digitais não são consideradas permanentes, uma vez que têm uma vida útil muito limitada e podem falhar inesperadamente. Essas características exigem uma inspeção incessante da acessibilidade e integridade das coleções digitais. Para garantir isso, existem várias técnicas descritas no modelo Open Archival Information System (OAIS) (Allinson, 2006; Ball, 2006; Borghoff et al., 2006; Giaretta, 2011; CCSDS, 2012), tais como “migração” (cópia para a mesma mídia ou para novas mídias ou conversão para novos formatos quando os antigos mostram sinais de obsolescência) e “preservação do acesso”, com portabilidade de código e emulação de tecnologia. Outra ação técnica extremamente necessária é fornecer cópias digitais com metadados adequados, que garantam sua localização, identificação, acessibilidade, usabilidade e integridade.

Mais parâmetros perseguidos com vistas à adequada preservação digital são aqueles previstos nos princípios Fair, sigla para *findable* (encontrável), *accessible* (acessível), *interoperable* (interoperável) e *reusable* (reutilizável) (Wilkinson et al., 2016). O objetivo geral dessas premissas é garantir padrões de produção de itens digitais visando sua manutenção ao longo do tempo de forma a evitar a obsolescência. Além disso, as iniciativas que buscam assegurar a interoperabilidade entre sistemas e formatos de arquivos também têm ganhado força, sobretudo na Europa, como, por exemplo, a construção da Estrutura Internacional para Interoperabilidade de Imagens (IIIF) (Salarelli, 2017).

Nas instituições europeias estudadas, a única forma de preservação digital aplicada é a criação de *backups* das imagens e seu arquivamento em servidores ou *drivers* externos. A responsabilidade pelo acesso, qualidade e segurança dos arquivos disponíveis on-line está a cargo dos setores de tecnologia da informação dos arquivos centrais nacionais, no caso de Évora e de Corfu, ou das instituições às quais estão vinculados, no caso da Câmara Municipal de Lisboa e do Parlamento Helênico.

Apesar do esforço em promover a digitalização, o Arquivo Público Mineiro não conta com nenhuma diretriz de preservação digital publicada ou planejamento orçamentário para ações nesse sentido, informando apenas seguir as

recomendações do Conselho Nacional de Arquivos constantes na resolução n. 31, de 28 abril de 2010, que trata sobre a digitalização de documentos arquivísticos permanentes. Evidenciando os problemas com o trato do material digital, o próprio Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM) já passou por invasões de *hackers*¹⁰ e teve a forma de exibição das imagens dos documentos reformulada após a descontinuação do Adobe Flash Player em 2019, *plugin* utilizado pelo sistema. Dada a obsolescência do SIAAPM, a instituição optou pela utilização do *software* livre AtoM (Access to Memory). O novo repositório foi disponibilizado ao público, porém, ao contrário do SIAAPM, não conta com os representantes digitais do acervo, sendo, até o momento, alimentado apenas com as descrições documentais.¹¹

Quanto aos critérios de seleção do acervo a ser digitalizado, eles estão vinculados aos valores sociais (necessidade do público), de antiguidade e de raridade dos documentos. Os financiadores dos projetos podem indicar coleções específicas em função de seus interesses. No Arquivo Público Mineiro, os critérios para determinar quais acervos serão digitalizados levam em consideração o estado de conservação, escolhendo-se primeiro os documentos mais degradados; a antiguidade; e a demanda dos usuários a partir das estatísticas da sala de consultas. Assim, os documentos datados do século XVIII – momento de fundação da capitania de Minas Gerais – foram privilegiados e estão microfilmados e digitalizados, bem como os documentos relativos a imigração e genealogia, reformatados devido à demanda do público pesquisador.

Das instituições europeias estudadas, somente parte do acervo digitalizado já tratado arquivisticamente pode ser consultado a distância; exceto quanto ao Arquivo Distrital de Évora, que afirma ter cerca de 12% da coleção já digitalizada, as instituições não conseguem quantificar esta parcela relativamente ao total do acervo, apenas em números aproximados de imagens já produzidas: em Corfu um milhão, no Parlamento grego 190 mil,¹² em Lisboa cerca de 4,8 milhões. O acervo não disponível on-line, quando demandado, é enviado para os interessados. No caso do Parlamento grego, grande parte do acervo nato digital já está disponível para consulta livre on-line. O Arquivo Público Mineiro desenvolveu, em

¹⁰ CAROLINA, P. Site do Arquivo Público Mineiro é invadido por hackers. *Estado de Minas*, 24/01/2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/01/24/interna_gerais,611234/site-do-arquivo-publico-mineiro-e-invadido-por-hackers.shtml. Acesso em: 10 ago. 2024.

¹¹ Repositório de Descrições Arquivísticas do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <https://atom.arquivopublico.secult.live/index.php/>. Acesso em: 24 out. 2024.

¹² Dados relativos à soma das imagens somente dos seguintes departamentos: Arquivos Parlamentares, Biblioteca do Parlamento e Biblioteca Benakeio e Coleções de Personalidades Políticas.

2007, o já mencionado Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM), para ser utilizado como plataforma de acesso aos documentos digitalizados. O site, baseado em módulos, previa a disponibilização do acervo digitalizado de maneira gratuita e livre (Bertholdo, 2010; Santana, 2010). Conforme divulgado pela instituição em suas redes sociais, o SIAAPM contou com 498.814 acessos em 2023.¹³ Em termos de quantidade do acervo digitalizado e disponível ao público, o APM informa que o sistema contava com cerca de um milhão de imagens em 2013¹⁴ e alcançou dez terabytes em 2023. No entanto, não é informado quanto esses números representam em relação à totalidade do acervo.

A reformatação no Arquivo Público Mineiro é realizada por meio da microfilmagem de acervos desde os anos 1970, tendo sido a digitalização – a partir dos microfilmes ou mesmo dos originais – iniciada na instituição em 1999. A captura de imagens em formato digital é indicada pelo APM como atividade relativa à preservação de documentos, aliada a rotinas já estabelecidas previamente: “A tecnologia digital foi incorporada como mais uma etapa do processo de preservação dos documentos sem substituir os procedimentos já consagrados como higienização, acondicionamento, microfilmagem e outros” (Lopes et al., 2004). A consulta dos originais é realizada apenas nos documentos não reformatados. Os itens do acervo já disponíveis em meio digital que não estão disponíveis no SIAAPM são enviados por e-mail aos usuários após solicitação ou o pesquisador pode consultar os objetos digitais nos terminais disponibilizados na sala de consultas. O número de usuários presenciais no Arquivo Público Mineiro diminuiu desde 2020 não só pela pandemia de covid-19, mas também devido ao desencorajamento promovido pela própria instituição, a exemplo do que ocorre em outros arquivos.

A digitalização dos acervos tem duas implicações importantes em relação ao público: por um lado, há um crescimento no número de consultas ao acervo de pesquisadores provenientes de todas as partes do mundo. Por outro, há uma redução significativa da consulta presencial, o que atinge diretamente as relações interpessoais entre pesquisadores e arquivistas, o necessário intercâmbio de saberes, e impacta o ritmo de trabalho cotidiano dos técnicos e gestores das instituições, que acabam por se dedicar prioritária ou exclusivamente aos trabalhos internos. Menciona-se também o efeito na dinâmica de circulação

¹³ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Retrospectiva 2023: Acesso à informação e pesquisa. Belo Horizonte, 24 jan. 2024. Instagram @arquivopublicomg. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C2e-G35BQW2/?img_index=3. Acesso em: 5 ago. 2024.

¹⁴ SIA. Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=6>. Acesso em: 10 ago. 2024.

urbana em torno das instituições, que têm uma relação direta com a economia local e com a afirmação da presença da instituição na vida dos habitantes não diretamente interessados na pesquisa arquivística. Essa consequência não foi considerada como aspecto negativo por nenhuma das instituições, pois a conexão com a comunidade acontece exclusivamente por intermédio das atividades promotoras do acervo e da própria instituição. Fora essas iniciativas, não há outros meios de interação ou engajamento social.

Os dados acima revelam a necessidade de se fazer mais em relação à digitalização, sobretudo relativamente à preservação digital. Os aspectos técnicos poderiam ser aprimorados se as atividades de gestão e preservação digital fossem reconhecidas como uma atividade-fim das organizações, sendo exercida por uma equipe interna e não terceirizada trabalhando por projetos temporários. Embora se possa notar uma tendência das instituições arquivísticas em empenharem mais recursos para a digitalização de seus acervos como política de difusão e melhoria de acesso, não se pode considerar que a estratégia seja eficiente para ampliar o acesso à população não acadêmica.

O impacto da digitalização na pesquisa histórica não é uma questão nova, mas ainda não se encontram muitos estudos sobre o efeito do distanciamento da consulta presencial e a possibilidade de análise material dos documentos, como alerta Caroline Garcia Mendes (2023, p. 11) ao afirmar que a “chamada ‘virada digital’ não foi acompanhada de reflexão sobre o fazer historiográfico”. Ainda segundo a autora, “apenas passou-se a utilizar a documentação on-line ou digitalizada da mesma forma como se trabalhou durante anos no interior dos prédios de arquivos e bibliotecas”. Com a mesma preocupação, Rodrigo Bentes Monteiro (2023) analisou uma série de artigos publicados sobre a Época Moderna em periódicos acadêmicos de história nos últimos anos e percebeu a indistinção, pelos autores, entre a consulta on-line e a presencial, refletindo a ausência da referência ao tipo de acesso. Há circunstâncias, ainda, nas quais os pesquisadores passam a ignorar ou desconhecer completamente a existência de documentos que não estão digitalizados, acreditando que a totalidade de um determinado *corpus* documental se resume àquilo disponível on-line (Daniel, 2023).

Ainda em relação à polêmica sobre as vantagens do acesso digital *versus* acesso presencial à documentação, já se nota uma demanda pela necessidade da volta das experiências concretas nos contatos interpessoais devido à exaustão e fadiga provenientes do uso das mídias digitais, conforme avaliaram Maria Briana et al. (2021) em estudo realizado em bibliotecas gregas, e isso inclui a presença física nos dispositivos culturais, como bibliotecas, arquivos e museus. Certamente são necessários mais estudos referentes a essa questão, avaliando-se também as novas diretrizes de gestão, acesso e difusão do patrimônio documental arquivístico.

Difusão

A difusão, como função arquivística crucial, visa promover o conhecimento e a utilização dos acervos documentais junto à sociedade. Esse processo, que transcende a mera disponibilização física ou virtual de documentos, busca tornar a informação arquivística inteligível e acessível, garantindo que os cidadãos compreendam e se apropriem do conhecimento contido nos arquivos. Ao longo dos anos, o conceito sofreu uma ampliação, deixando de ser focado em especialistas e passando por uma compreensão que envolva toda a sociedade, adquirindo um caráter social ao inserir as instituições arquivísticas nos debates da vida comum (Lopes, 2021).

Muitas vezes, as ações de difusão em arquivos estão ligadas ao caráter educacional, por meio de visitas temáticas, exposições ou interações com o público escolar (Bellotto, 2006). Além disso, na realidade contemporânea das instituições arquivísticas, a difusão é um processo multifacetado, dinâmico e estratégico, que demanda a integração de diferentes áreas do conhecimento, a adaptação às novas tecnologias, a compreensão das necessidades do público e a criatividade na elaboração de produtos e serviços (Rockembach, 2015).

As ações de difusão dos arquivos europeus são de caráter nacional e local nos casos de Corfu e do Parlamento grego e somente local nos demais arquivos. O Arquivo Municipal de Lisboa atua diretamente junto às comunidades vizinhas às três sedes da instituição, com uma verba específica a esta finalidade. São criados festivais bianuais que agregam diversos setores funcionais do arquivo e as comunidades vizinhas, desde a fase inicial dos projetos, com o objetivo de alavancar identidades de grupo e território. Essas iniciativas reforçam de maneira enfática o papel social dos arquivos porque promovem o sentimento de identidade e pertencimento em relação à instituição. Além de pesquisadores acadêmicos, o arquivo municipal é frequentado por pessoas interessadas na cidade e no urbanismo, como imobiliárias, empresas de construção e pessoas comuns em processos de compra e venda. Questões como direitos cidadãos, bens patrimoniais, arte e cultura são temas que captam o interesse da comunidade portuguesa e estrangeira.

Em Évora, as ações de difusão se concentram em exposições físicas e virtuais promovidas sem verba específica, contando apenas com o empenho dos servidores. O público é prioritariamente de formação universitária e investigadores ligados à genealogia. Em Corfu, igualmente não há pessoal especializado para gerenciar as ações educativas para público infantil e universitário, as visitas em datas comemorativas e as exposições temporárias. Embora o arquivo esteja situado em um local de grande visitação turística, essa condição não é explorada devido à falta de pessoal técnico. Já o arquivo do Parlamento helênico

difunde seu acervo através do repositório virtual, apresentações presenciais e virtuais, mídias sociais e conferências acadêmicas. Em relação ao público, esta instituição funciona de uma forma aproximada às bibliotecas ou centros culturais, espaços nos quais os usuários frequentam com objetivos mais voltados ao lazer e não necessariamente à pesquisa ou ao reconhecimento de direitos. Excetuando o Arquivo Municipal de Lisboa, no qual a cada ação percebe-se um aumento na participação popular, as demais instituições não conseguem mensurar a repercussão das ações de difusão na vida comunitária e o impacto no número de frequentadores espontâneos.

No caso do Arquivo Público Mineiro, a maior parte das ações de difusão realizadas envolve os meios digitais, prática em consonância com o estímulo à pesquisa remota. A presença nas redes sociais (Facebook e Instagram) é apresentada como a principal atividade de difusão do acervo, seguida de visitas guiadas, realizadas conforme demanda de escolas e universidades, apesar de não contar com um setor dedicado às atividades educativas em seu organograma.

É curioso notar que as ações de difusão dos arquivos estudados não se direcionam às utilidades cidadãs de sua documentação, que podem servir de suporte às demandas variadas que envolvem a garantia de direitos, como em alguns casos ouvidos durante a pesquisa. O Arquivo Público Mineiro, por exemplo, indicou no questionário o grande volume de pesquisas por cidadãos interessados em documentos que possam subsidiar solicitações por dupla cidadania, como os registros de entradas de imigrantes em Minas Gerais na segunda metade do século XIX. No Arquivo Distrital de Évora, segundo o diretor da instituição, pessoas buscam os registros paroquiais e os arquivos notariais para rastreamento de ascendências e reconhecimento das histórias familiares. Um caso notável sobre consulta no acervo do Arquivo Geral do Estado de Corfu para garantia de direitos foi o de um proprietário de um estabelecimento comercial que conseguiu manter seu alvará de funcionamento ao comprovar, através de fotografias, que mudanças ilegais na fachada haviam sido realizadas em período anterior à legislação vigente. O arquivo também salvaguarda uma coleção de mapas e planos topográficos criados após a Segunda Guerra Mundial, período durante o qual Corfu sofreu intensos bombardeios, resultando em danos generalizados ou destruição de edifícios. Esses mapas detalhados têm sido essenciais para proprietários na resolução de disputas de limites e são frequentemente utilizados para fundamentar reivindicações em processos legais.¹⁵

¹⁵ Estes exemplos foram fornecidos por um dos autores, Spiros Zervos, que trabalhou como conservador-restaurador da instituição por vinte anos. O relato baseia-se em sua experiência profissional e seu profundo conhecimento das coleções do arquivo.

Pudemos verificar que as ações de difusão das instituições estudadas estão menos focadas na sua função de acesso à gestão pública e mais na sua missão memorialística e cultural, muito embora pouco aproveitem as suas localizações geográficas privilegiadas para explorar o apelo turístico, melhorando a visibilidade.

Estudos dedicados ao Arquivo Público Mineiro

A invisibilidade das instituições arquivísticas e de determinadas escrituras do período colonial foi o conceito norteador da elaboração do projeto de pesquisa “Valoração econômica e desenvolvimento tecnológico em arquivos públicos” (2022-2025). O problema da invisibilidade das instituições já foi explorado acima. O segundo problema surgiu durante a colaboração acadêmica de Rodrigo Bentes Monteiro (2023), que retomava seus estudos sobre o manuscrito *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*,¹⁶ fazendo deste item do acervo do APM o principal objeto experimental para o aprimoramento de metodologias e tecnologias.

Tendo em vista a parceria já estabelecida entre a UFMG e o APM, visando melhorar a visibilidade da instituição no âmbito regional e atendendo aos requisitos de promover desenvolvimento tecnológico, o projeto mencionado foi pensado em três eixos: ações de difusão focadas nos trabalhos técnicos e nos resultados da própria pesquisa; implantação da tecnologia da fotografia multiespectral, ainda inédita no Brasil, como método capaz de trazer à vista informações antes obstruídas nos documentos; e aplicação inovadora da metodologia de valoração contingente ao estudo de arquivos. Os resultados parciais destes três eixos são apresentados a seguir.

Ações de difusão

Em se tratando do conhecimento público sobre o papel social do patrimônio documental, a difusão cultural e científica dos arquivos é uma das atividades essenciais. Porém, como informam Parrella, Rocha e Melo (2022), embora seja considerada basilar no trabalho dos profissionais e das instituições arquivísticas, muitas vezes é relegada a uma função secundária ou subsidiária e pouco implementada. Adicionalmente, ao se tratar da difusão, é comum os arquivos

¹⁶ Arquivo Público Mineiro (APM). *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Coleção Avulsos da Capitania. Código de referência: BR-MGAPM-AVC-017.

centrarem-se em um debate sobre normas descritivas ou instrumentos de pesquisa, especialmente com o advento das novas ferramentas de comunicação ou na forma como o pesquisador busca o acesso remoto ao documento arquivístico.

No escopo do projeto “Valoração econômica e desenvolvimento tecnológico em arquivos públicos”, o plano de trabalho para melhoria da comunicação com a comunidade delineou a criação de um plano de ação com vistas ao aumento da visibilidade das atividades do APM e divulgação de seu acervo, estando em segundo plano a promoção da instituição como equipamento cultural. Concernente aos objetivos do projeto de pesquisa como um todo, percebeu-se ser premente divulgar entre a comunidade as rotinas de trabalho que são cotidianamente desenvolvidas e que muitas vezes fogem ao conhecimento do público, dos governantes e dos legisladores, impactando direta ou indiretamente na estabilidade institucional.

Para os objetivos do projeto foi criada uma conta no Instagram dedicada à difusão de atividades do próprio APM e da pesquisa em si. Até o momento, as séries de postagens foram relacionadas à divulgação das ações do projeto, da memória institucional do APM e de curiosidades sobre o acervo, história dos municípios mineiros, efemérides e os 60 anos do golpe militar. As publicações que mais tiveram repercussão foram aquelas voltadas à divulgação dos trabalhos técnicos realizados pela equipe do APM e dos resultados das pesquisas desenvolvidas pelo projeto relativas à implementação da técnica da fotografia multiespectral. Esses dados indicam que o trabalho técnico especializado e a pesquisa científica atraem o interesse da comunidade e revelam que os arquivos são percebidos como espaços de desenvolvimento de conhecimento que extrapolam a pesquisa historiográfica e memorialística. E, para dar seguimento à divulgação da instituição como repositório de documentos voltados à garantia dos direitos civis relativos ao acesso à informação e à obrigatoriedade da administração pública em divulgar o seu patrimônio documental (Brasil, 2020; 2016), as próximas etapas irão se concentrar na produção, publicação e difusão de cartilhas e vídeos referentes às atribuições legais da instituição e seu papel na administração dos documentos públicos do passado e da atualidade, vinculando a abordagem aos cenários nacional e internacional da contemporaneidade, além de promover a instituição como espaço de desenvolvimento tecnológico, tendo em vista as demandas de seu acervo que motivaram o desenvolvimento da fotografia multiespectral na UFMG.

Implantação da fotografia multiespectral

A fotografia multiespectral, tal como implantada neste projeto, compreende um sistema de geração de imagens que utiliza diferentes fontes de luz, ou seja, diferentes comprimentos de onda e uma câmera fotográfica digital capaz de registrar imagens que vão de 350 nm a 1100 nm. Dentro dessa faixa estão as radiações ultravioleta A/UVA, toda a luz visível/LV (400-700 nm) e parte do infravermelho próximo/NIR (700-1100 nm). As imagens são geradas em um local preparado, pois não pode haver nenhuma entrada de luz externa e as paredes precisam ter cor neutra, variando do cinza médio ao preto. O objeto é submetido à iluminação proporcionada por onze diferentes comprimentos de onda e as imagens geradas são processadas e sincronizadas com critérios e softwares específicos, em agrupamentos multivariados.¹⁷ Os resultados podem revelar aspectos visíveis e invisíveis do objeto. Distingue-se da captação de imagens isoladamente no campo do ultravioleta, do infravermelho e do espectro visível, tecnologia já praticada no campo do estudo material do patrimônio cultural. A metodologia está sendo adaptada e instaurada de forma inédita nos laboratórios da Escola de Belas Artes da UFMG, com a finalidade de trazer à luz informações apagadas ou obstruídas intencionalmente ou não em documentos do período colonial pertencentes ao acervo do APM.

A imagem espectral (tanto a multiespectral como a hiperespectral)¹⁸ teve sua origem no sensoriamento remoto, na tecnologia espacial e no monitoramento ambiental, expandindo-se para aplicações de imagens científicas nas áreas da medicina, biologia, agricultura e astronomia, dentre outras (Jones et al., 2020). Em função do seu aspecto não invasivo, essa técnica de imageamento passou a ser usada no campo do patrimônio cultural sobretudo para a recuperação de informações apagadas, esmaecidas ou com a legibilidade comprometida, especialmente em obras planas, como manuscritos em papel e pergaminho. Os fragmentos ilegíveis dos pergaminhos do Mar Morto e dos pergaminhos da Igreja de Petra, muito escurecidos e degradados, estiveram entre os primeiros objetos favorecidos pelo uso da técnica na década de 1990 (Perino et al., 2024). A

¹⁷ Para mais detalhes do processo e da metodologia vigente na UFMG, ver Leão et al. (2024).

¹⁸ Apesar das imagens multiespectral e hiperespectral serem geradas em regiões semelhantes do espectro eletromagnético (banda visível, parte da região do ultravioleta e parte da região do infravermelho), a diferença fundamental é que os sistemas de imagem multiespectral baseados em câmeras, dos quais tratamos aqui, podem gerar cerca de 10 a 20 imagens em comprimentos de ondas discretos (comprimentos de onda específicos, não necessariamente contínuos), enquanto os sistemas de imagem hiperespectral trabalham por varredura, gerando de centenas a milhares de imagens em uma faixa contínua de comprimentos de onda (Jones et al., 2020).

partir do desenvolvimento da tecnologia, hoje é possível, além da leitura de escritas invisíveis, identificar e caracterizar pigmentos, tintas e intervenções anteriores de restauração (France; Toth, 2011), sendo, portanto, de utilidade para o campo da preservação e de várias áreas do conhecimento.

O principal objeto de estudo é o mencionado *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, atribuído ao conde de Assumar, d. Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos, e seus secretários jesuítas. O texto trata das sublevações ocorridas nas Minas, especialmente a de 1720 em Vila Rica, violentamente reprimida pelo então governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro. O conteúdo do códice já havia sido estudado intensivamente pela historiografia e pela primeira vez, em 2016, o objeto foi analisado em sua materialidade. Naquele momento e nos anos seguintes foram descobertas e mapeadas inúmeras alterações na escrita, realizadas com o uso da “pomada de saturno”, uma massa feita com branco de chumbo e cera, usada para fins medicinais à época (Almada; Monteiro, 2019). Diante da evidência do uso de um material desconhecido, cresceu o interesse sobre os apagamentos como correção intencional ou como dano involuntário, e também sobre as possibilidades de leitura das escritas invisíveis. Essa descoberta motivou a curiosidade científica, tornando o códice o ponto de partida e o ponto de chegada da pesquisa, cujos resultados serão apresentados a partir de 2026.

O segundo objeto selecionado foi o *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Bonsucesso da Igreja Matriz de Caeté (1717-1785)*.¹⁹ O códice traz os estatutos da irmandade referenciada no título e uma série de despachos de autoridades. É um manuscrito plenamente iluminado com características da chinesice, escrito em caligrafia regular e elegante. Restaurado no Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos e Filmicos (LaGraf) do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais da UFMG nos anos de 2022 a 2024, o códice tem sido extensivamente estudado de forma interdisciplinar, objeto de pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Artes e no curso de graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais da UFMG. Um dos problemas apresentados pelo códice é o esmaecimento acentuado da tinta ferrogálica devido à ação da água, impossibilitando a leitura de grandes áreas do texto.

Para a implantação da técnica da fotografia multiespectral na Escola de Belas Artes da UFMG, foi criado o Laboratório de Fotografia Técnica-Científica

¹⁹ Arquivo Público Mineiro (APM). *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Bonsucesso do Caeté. Coleção Avulsos da Capitania*. Código de referência: BR-MGAPM-AVC-003. Para detalhes sobre as suas características materiais e estado de conservação, ver Zanibone (2024).

(PrismaLAB), parceiro do Laboratório de Documentação Científica por Imagem (iLAB). Após diversas experimentações para ajustes nos equipamentos e das fontes de iluminação, foram alcançados resultados consistentes e positivos no fólio 24 do códice iluminado *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Bonsucesso do Caeté* (Leão et al., 2024), como pode ser visto nas Figuras 1 e 2, que apresentam o texto apagado e evidenciado a partir de dois recursos diferentes.



Figura 1 – Fólio 24: à esquerda a imagem real, Luz Visível, e à direita a imagem multiespectral, com o texto recuperado. Fonte: Leão et al. (2024)



Figura 2 – Fólio 24, detalhe do apagamento: à esquerda a imagem real, Luz Visível, e à direita a imagem multiespectral após ajustes cromáticos, com o texto recuperado em evidência. Fonte: Leão et al. (2024)

O referido fólio registra a confirmação e aprovação dos estatutos da irmandade pelo bispo do Rio de Janeiro, dom Francisco de São Jeronymo, e a data de 10 de dezembro de 1718 pôde ser confirmada. A técnica desempenhou um papel crucial ao revelar informações antes ilegíveis e os dados recuperados foram essenciais para datar com precisão o manuscrito e compreender as circunstâncias em torno da formação e das atividades da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

O resultado inicial comprova como a tecnologia pode ser empregada de forma eficaz na preservação e interpretação de documentos. Os arquivos públicos são fontes inesgotáveis de possibilidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, humano e social. Este é só um exemplo das potencialidades que deveriam ser exploradas de forma extensiva para melhorar a visibilidade dessas instituições, concentrada hoje na sua função memorialística, como atestado na pesquisa de valoração contingente aplicada ao Arquivo Público Mineiro.

O método da valoração contingente

Uma das metodologias usadas no campo da economia para quantificar e fixar os bens difusos é o da valoração contingente, que tem sido útil na compreensão sobre como os espaços ou instituições culturais, cujo serviço não pode ser valorado financeiramente, são demandadas e percebidas economicamente pela comunidade local. Baseia-se na disposição a pagar ou a receber para estimar os benefícios através da precificação dos serviços (Throsby, 2019). A análise econômica do patrimônio surgiu como uma aplicação empírica da economia da cultura na década de 1990, afirmando a importância de se reconhecer os impactos das atividades culturais nos contextos locais ou regionais. O método de valoração contingente tem sido aplicado para avaliar patrimônio edificado, circuitos culturais (Machado et al., 2017; Sharma, 2019) e bibliotecas (Fujiwara; Lawton; Mourato, 2019), porém não são conhecidos estudos referentes a instituições arquivísticas.

Para assegurar a continuidade dos financiamentos (públicos e privados, através das leis de incentivo à cultura e outras fontes), é necessário apresentar de maneira clara os benefícios que a instituição traz para a sociedade e para os indivíduos. Nesse sentido, a metodologia foi aplicada para compreender a maneira pela qual a comunidade local e regional se relaciona com o Arquivo Público Mineiro e sugerir medidas para ampliar seu uso junto ao público e torná-lo cada vez mais conhecido (Machado; Almada; Santos, 2024).

A metodologia da valoração contingente foi aplicada utilizando um questionário, seguindo experiências anteriores em estudos como os de Esperidião,

Matos e Machado (2017) e Guarisa, Figueiredo e Machado (2023). O instrumento de coleta de dados visa capturar os hábitos culturais, nível de conhecimento sobre a instituição, questões sobre o valor a contribuir ou doar e justificativas para as respostas e, por fim, características sociodemográficas do respondente. Para a amostragem, utilizou-se listas de e-mails do APM e de instituições associadas, além de ter sido feita ampla divulgação por meio das redes sociais e do site da instituição. No caso das entrevistas presenciais, transeuntes nas proximidades da instalação foram selecionados aleatoriamente. Entre outubro de 2023 e março de 2024, 316 indivíduos responderam às perguntas no formulário eletrônico e 50 responderam à entrevista pessoalmente. Esta amostra é representativa, dado que a APM recebe aproximadamente 600 visitantes *in loco* anualmente.²⁰ Os resultados obtidos foram analisados por meio de técnicas estatísticas bivariadas e multivariadas, que permitiram o cruzamento das principais informações fornecidas pelos participantes da pesquisa. Além disso, utilizou-se o modelo probit como ferramenta analítica, uma vez que muitos dos valores atribuídos à disposição para pagar ou doar foram iguais a zero.²¹

Com base na análise descritiva, foram alcançadas algumas respostas sobre a composição demográfica da amostra da pesquisa, a familiaridade dos respondentes com a instituição, seus hábitos culturais e sua disposição para apoiar financeiramente. Inicialmente, a amostra retrata um perfil demográfico composto principalmente por mulheres, indivíduos brancos e predominantemente nas faixas etárias de 35 a 44 anos e de 55 a 64 anos. Além disso, uma parcela significativa dos respondentes possui ensino superior completo, apresentando diversidade na faixa de renda familiar, embora uma porcentagem notável se enquadre nas faixas de renda mais baixas. A avaliação dos hábitos culturais, um paradigma para a acumulação de capital cultural, indicou níveis variados de engajamento em atividades artísticas e culturais entre os respondentes. Notavelmente, uma porção substancial exhibe indicadores de médios a altos em hábitos culturais, sugerindo participação ativa nessas atividades.

Em relação à familiaridade com o Arquivo Público Mineiro, a maioria considerável dos respondentes já tinha conhecimento sobre a existência da

²⁰ A pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética da UFMG. Devido à dificuldade de publicação no escopo deste artigo, pela sua extensão, o instrumento de coleta pode ser solicitado diretamente às autoras da pesquisa, caso haja interesse (Machado; Almada; Santos, 2024).

²¹ O modelo probit é amplamente empregado para analisar respostas de natureza binária e baseia-se no método de máxima verossimilhança, considerando um conjunto de variáveis explicativas. Essa abordagem tem como principal finalidade estimar a probabilidade de ocorrência de uma determinada resposta, partindo do pressuposto de que essa probabilidade está linearmente associada a um conjunto de parâmetros descritos pela função $f(z)$, a qual varia continuamente entre zero e um para qualquer valor de z .

instituição, e pouco mais da metade já a havia visitado, com a maioria dos visitantes familiarizada com o acervo. A maior parte das visitas foi motivada por propósitos acadêmicos, destacando a importância da instituição como recurso para investigação histórica. A avaliação dos respondentes sobre os serviços do APM geralmente foi positiva, especialmente em relação aos aspectos relacionados à pesquisa.

O que se destaca na presente pesquisa é a atribuição de alto valor cultural por parte daqueles que frequentam a instituição, predominantemente indivíduos com alto nível de educação e residentes em Belo Horizonte. Esse valor está ligado à preservação da memória individual e coletiva e à contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas para a preservação do patrimônio, revelando que o APM alcança um público especializado. No entanto, o público em geral, que poderia recorrer à instituição para acessar documentos para demandas legais ou para garantir seus direitos civis, não parece reconhecer a relevância da instituição para suas vidas pessoais.

O estudo também explorou a disposição dos respondentes em apoiar financeiramente a instituição através da alocação de impostos e de doações únicas. Embora a maioria tenha expressado disposição para alocar impostos para apoiar o APM, a disposição para fazer doações únicas foi comparativamente menor. Fatores como características demográficas, hábitos culturais e satisfação com os serviços influenciam as decisões dos respondentes em relação ao apoio financeiro. Os dados sugerem, portanto, que os usuários do APM percebem que o governo deve ser responsável por apoiar suas atividades por meio de fundos públicos derivados de impostos obrigatórios pagos pela população.²²

O fato de a instituição navegar mais plenamente nas dimensões cultural e histórica impacta sua função cívica e administrativa relacionada à gestão de registros. Essa dicotomia entre funções administrativa e memorialística tem sido debatida desde a criação do APM (Parrela; Silva, 2021). Os rebaixamentos progressivos na estrutura hierárquica do governo, como descrito anteriormente, têm afetado as ações internas e externas da instituição, levando-a a ocupar um papel cada vez menos significativo na administração pública, particularmente em sua função de gestão de documentos produzidos na contemporaneidade, a despeito dos esforços empreendidos pela equipe.

Ainda há um caminho longo a ser percorrido para que a função administrativa seja efetivamente reconhecida pela governança pública na relação

²² Todos os dados podem ser consultados em Machado; Almada; Santos (2024).

fundamental que o APM estabeleça com outros departamentos estaduais, atuando para desenvolver critérios e métodos que garantam que os documentos produzidos continuem sendo enviados à instituição. Consequentemente, a falta de entendimento por parte das autoridades públicas sobre sua missão no tempo presente impede o APM de cumprir plenamente seu papel de manter registros que proporcionam transparência às ações do estado, garantindo assim os direitos civis dos cidadãos. Do ponto de vista da compreensão da sociedade sobre a missão cívica da instituição, seria benéfico que o APM investisse mais decisivamente em comunicação pública através de mídias de maior alcance, como redes públicas de rádio e televisão. Com divulgação de massa e apoio da governança, a instituição poderia exercer plenamente sua tripla função – histórica, cívica e administrativa – e servir à sociedade de forma mais ampla e completa.

Conclusões

Esta pesquisa em desenvolvimento procura compreender como as instituições arquivísticas são vistas pelos órgãos governamentais e pela população em geral. O estudo trabalha em diferentes frentes de ação, fundamentadas pelos argumentos de defesa das instituições a partir de métodos, práticas e análises científicas que reafirmam a vocação tecnológica, cultural, administrativa e cívica dos arquivos públicos.

Para se manterem na agenda social, é necessário que as instituições arquivísticas sigam além das questões técnicas e se posicionem a partir do papel social e econômico que desempenham na sociedade. Os acervos arquivísticos fornecem os instrumentos para novas construções tecnológicas, artísticas e culturais e também revisões dos processos históricos, pois são repositórios seguros de fontes de informação. Para além da significação cultural e memorialística dos documentos *per se*, é preciso destacar e divulgar amplamente, para a população, a sua importância para a garantia dos direitos dos cidadãos e da coletividade, sobretudo no que tange ao acesso à informação.

Os processos de digitalização e disponibilização on-line dos acervos sob guarda das instituições arquivísticas são fundamentais para o aumento do acesso aos itens documentais, mas as ações de difusão precisam ser acompanhadas de iniciativas de mobilização da comunidade local para compreensão do papel desses órgãos. Entende-se que é função do Estado manter e gerir as instituições arquivísticas e seus acervos construindo políticas públicas sólidas, de longo prazo, que se integrem à perspectiva de desenvolvimento social, tecnológico e econômico.

Agradecemos a Ana Flávia Machado e a Cinthia Santos Silva pela parceria na condução da pesquisa sobre valoração contingente; a Alexandre Cruz Leão, pela implantação da tecnologia da fotografia multiespectral voltada aos estudos do patrimônio cultural na UFMG; a Ivana Parrela, pela definição e condução das ações de difusão no escopo deste projeto; a Rodrigo Bentes Monteiro, pela supervisão de estágio pós-doutoral de Márcia Almada. A pesquisa é desenvolvida com o apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), projeto número APQ 0237-22, e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Referências

- ALLINSON, J. OAIIS as a reference model for repositories: an evaluation. UKOLN, University of Bath, 2006.
- ALMADA, M. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, A. A.; MEIRELLES, J. G. (org.). *Cultura escrita em debate: reflexões sobre o império português na América - séculos XVI a XIX*. Jundiaí: Paco, 2018. p. 17-40.
- ALMADA, M.; MONTEIRO, R. B. O Discurso e a Notícia: manuscritos sobre a revolta de 1720 atribuídos a Pedro Miguel de Almeida, 3º conde de Assumar. *Tempo*, v. 25, n. 1, p. 1-25, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2018v250101>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- ARQUIVO Público Mineiro. *Manual de importação de descrições arquivísticas para o Atôm*. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://www.arquivopublico.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Manual-de-importacao-atom.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- BALL, A. *Briefing Paper: the OAIIS Reference Model*. UKOLN, University of Bath, 2006. Disponível em: <https://www.ukoln.ac.uk/projects/grand-challenge/papers/oaisBriefing.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: FGV, 4. ed., 2006.
- BERTHOLDO, F. A. R. Uma plataforma de pesquisa amplamente disponível. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 46, v. 1, jan./jun., p. 136-145, 2010.
- BORGHOFF, U. M.; RÖDIG, P.; SCHMITZ, L.; SCHEFFCZYK, J. *Long-term preservation of digital documents*. Heidelberg: Springer, 2006.
- BRASIL. *A Política de gestão de documentos e arquivos da Administração Pública Federal: desafios e ações para sua implementação*. [Brasília], 2020. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/arquivos%20pdf/implementacao_PGDeArq_versaofinal20200805.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.
- BRASIL. *Plano Setorial de Arquivos (2016-2026)*. [Brasília]: Ministério da Cultura, 2016. Disponível em: <https://arquivos.enpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2016/05/Vers%C3%A3o-Final-Aprovada-do-Plano-Setorial-de-Arquivos-maio-de-2016-1.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PH, 2009.
- BRIANA, M.; KOLONIARI, M.; KOULOURIS, A.; VRAIMAKI, E. Disconnecting from social networks. *Qualitative and Quantitative Methods in Libraries*, v. 10, n. 3, p. 351-373, 2021. Disponível em: <http://www.qqml.net/index.php/qqml/article/view/726>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- CAMPAGNOLO, A. *Book Conservation and Digitization: the challenges of dialogue and collaboration*. Yorkshire: Arc Humanities Press, 2020.
- CASTILLO GÓMEZ, A. *Grafias no cotidiano: escrita e sociedade na História (séculos XVI a XX)*. Rio de Janeiro: Eduff; Eduerj, 2020.
- CCSDS. *Reference Model for an Open Archival Information System (OAIS)*. Washington:

- CCSDS: Consultative Committee for Space Data Systems, 2012
- DANIEL, J. Numériser les œuvres, renouveler les approches? L'histoire de l'estampe à l'ère numérique. *Les Cahiers de Framespa*, n. 42, 2023, [s.p.] Disponível em: <https://doi.org/10.4000/framespa.14470>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- ESPERIDIAO, F.; MATOS, D.; MACHADO, A. F. Museu da gente sergipana: um exercício de valoração econômica. *Revista econômica do Nordeste*, v. 48, n. 3, p. 147-156, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2017.436>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- FRANCE, F. G.; TOTH, M. B. Spectral Imaging for Revealing and Preserving World Cultural Heritage. *19th European Signal Processing Conference*, 2011. p. 1450-1454. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/7074304>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- FUJIWARA, D.; LAWTON, R. N.; MOURATO, S. More than a good book: contingent valuation of public library services in England. *Journal of Cultural Economics*, v. 43, n. 4, p. 639-666, 2019.
- GARCIA MENDES, C. Os arquivos digitais e a escrita da história a partir das fontes on-line. *Acervo*, v. 36, n. 3, p. 1-13, 2023. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1978>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- GIARETTA, D. *Advanced digital preservation*. Heidelberg: Springer-Verlag, 2011.
- GUARISA, M. L. Z.; FIGUEIREDO, J. L. de; MACHADO, A. F. The show must go on: measure the economic value of Grassroots Music Venues in Rio. *Cultural Trends*, v. 33, p. 1, 2023.
- HERRERA, A. H. Arquivos, documentos e informação. In: SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 113-120.
- JANEIRO, J. *Arquivo Distrital de Évora: 100 anos de história (1916-2016)*. Évora: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2016.
- JONES, C.; DUFFY, C.; GIBSON, A.; TERRAS, M. Understanding multispectral imaging of cultural heritage: determining best practice in MSI analysis of historical artefacts. *Journal of Cultural Heritage*, v. 45, p. 339-350, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.culher.2020.03.004>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- LEÃO, A. C.; COSTA, A. O.; ALMADA, M.; ZANIBONE, R.; SOUZA, L. A. C. Multispectral Imaging as a Preservation and Valuation Tool at the Minas Gerais Public Archive, Brazil: a case study on an 18th-century illuminated manuscript. *Archiving Conference*, 2024. p. 28-32. Disponível em: <https://doi.org/10.2352/issn.2168-3204.2024.21.1.6>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- LOPES, B. da C. Difusão de acervos arquivísticos: o conceito de user experience no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021.
- LOPES, C.; VALE, E.; AMORIM, E.; VIEIRA, F. Digitalizando para durar: a experiência do Arquivo Público Mineiro. *Anais do I Congresso Nacional de Arquivologia*. Associação Brasileira de Arquivologia, Brasília, 2004.
- MACHADO, A. F.; FARIA, D.; DINIZ, S.; PAGLIOTO, B.; MICHEL, R.; MELO, G. The evaluation of public goods. Systems thinking in the case of Circuito Liberdade. In: JUNG, Yuhua; LOVE, Ann Rowson (org.). *Systems thinking in museums. Theory and practice*. London: Rowman & Littlefield, p. 131-145, 2017.
- MACHADO, A. F.; ALMADA, M.; SANTOS, C. Actions to attribute value to cultural equipment: the case of a public archive in Brazil. In: *International Conference on Arts and Cultural Management AIMAC*, 2024, Lisboa. Full Papers & Posters *17th International Conference on Arts and Cultural Management AIMAC 2024*. Lisboa: International Conference on Arts and Cultural Management AIMAC, v. 1, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://airdrive.eventsairwesteurop/production-leading-public/7dc826779dbe483c84b-3c5d93a8d1d6e>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- MICHEL, B. O sistema de gerenciamento térmico Climus e o Arquivo Público Mineiro: sua implantação e uso como meio para a estabilização climática. *Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2020.
- MINAS GERAIS. Decreto estadual n.47.686, de 26 de julho de 2019. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n.1, v.1, p. 178-196, 1896.

- MINAS GERAIS. Lei n.126, de 11 de julho de 1895. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n.1, v.1, p. 175-178, 1896.
- MINAS GERAIS. Lei n.24.313, de 28 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/24313/2023/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- MONTEIRO, R. B. Ler e compreender em revista: pesquisa histórica, cópias digitais e documentos da Época Moderna no Brasil atual. *Acervo*, v. 36, n. 3, p.1-21, 2023. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2009>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- MONTEIRO, R. B. O código endiabrado: da sublevação nas Minas em 1720. Rio de Janeiro: Eduff, 2023.
- PARRELA, I. D. Patrimônio Documental e escrita de uma história da pátria regional - Arquivo Público Mineiro 1895-1937. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Fapemig, 2012.
- PARRELA, I. D.; ROCHA, E. C. de F.; MELO, S. A. de. Documentos essenciais às novas práticas de difusão arquivística: ações tradicionais, mudanças trazidas pela internet e demandas em tempos de pandemia. In: SILVEIRA, F. J. N.; FROTA, M. G. da C.; MARQUES, R. M. (org.). *Informação, Mediação e Cultura: teorias, métodos e pesquisas*. Belo Horizonte: Letramento, p. 490-509, 2022.
- PARRELA, I. D.; SILVA, M. J. N. da. A memória como critério de avaliação e como lastro para o produtor dos documentos arquivísticos: o Arquivo Público Mineiro. In: VENÂNCIO, R. P. (org.). *Gestão de Documentos em Minas Gerais: experiências e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. p. 45-70.
- PERINO, M.; PRONTI, L.; MOFFA, C.; ROSELLINI, M.; FELICI, A. C. New Frontiers in the Digital Restoration of Hidden Texts in Manuscripts: a review of the technical approaches. *Heritage*, v. 7, p. 683-696, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/heritage7020034>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257217>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- SALARELLI, A. International Image Interoperability Framework (IIIF): a panoramic view. *JLIS.it*, v. 8, n. 1, p. 50-66, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4403/jlis.it-385>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- SANTANA, E. N. Acesso livre à informação pública. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 46, v. 1, p. 128-135, 2010.
- SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- SHARMA, T. The Paradox of Valuing the Invaluable: Managing Cultural Values in Heritage Places. In: AVRAMI, E.; MACDONALD, S.; MASON, R.; MYERS, D. (org.). *Values in Heritage Management: emerging approaches and research directions*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2019. p. 186-198.
- THROSBY, D. Heritage Economics: Coming to Terms with Value and Valuation. In: AVRAMI, E.; MACDONALD, S.; MASON, R.; MYERS, D. (org.). *Values in Heritage Management: emerging approaches and research directions*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2019. p. 199-209.
- VOLPIN, L. C. F. V. Gestão de riscos de incêndios: análise das políticas de proteção ao patrimônio arquivístico no Arquivo Público Mineiro (1990-2022). Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- WILKINSON, M. D. et al. The FAIR Guiding Principles for Scientific Data Management and Stewardship. *Scientific Data*, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/sdata201618>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- ZANIBONE, R. Estudos interdisciplinares em torno de um código iluminado do século XVIII. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

Recebido em 16/8/2024
Aprovado em 8/11/2024